

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Leste S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	1
A CEMIG GERAÇÃO LESTE	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	20
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	20
7. IMOBILIZADO	22
8. INTANGÍVEL	23
9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	25
10. FORNECEDORES.....	28
11. PROVISÕES.....	28
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS	28
13. TRIBUTOS.....	28
14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS	29
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
16. RECEITA	31
17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	32
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	33
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	34
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	36
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL	42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CEMIG GERAÇÃO LESTE

A Cemig Geração Leste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram-se em 8 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 39.588 mil em 2022, em comparação ao resultado de R\$ 40.696 mil em 2021, uma redução de 2,72% devido, principalmente, a um menor volume de transações junto a CCEE e a variação da Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga.

Receita

A Cemig Geração Leste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 15/2016 – ME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), conforme previsão do contrato.

As principais variações na receita da Companhia são conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2022 foi de R\$ 36.889 mil, em comparação a R\$ 35.671 mil em 2021.

A Cemig Geração Leste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$ 25.512 mil em 2022 (R\$ 27.429 mil em 2021), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 16.766 mil em 2022 (R\$ 15.657 mil em 2021) um aumento de 7,08%. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com materiais, serviços de terceiros e encargos da distribuição.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 3.240 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$ 42.828 mil antes dos efeitos fiscais, representando 7,57%. Comparativamente, no mesmo período de 2021, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 2.335 mil, em relação ao resultado de R\$ 43.031 mil antes dos efeitos fiscais, representando 5,43%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$ 40.820 mil, comparativamente a R\$ 42.860 mil em 2021. A Margem do LAJIDA foi de 71,56% em 2022 (74,12% em 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado	39.588	40.696	(2,72)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.240	2.335	38,76
Depreciação e amortização	545	536	1,68
Resultado financeiro	(2.553)	(707)	261,10
LAJIDA	40.820	42.860	(4,76)
Margem LAJIDA	71,56%	74,12%	(3,45)

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança

das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

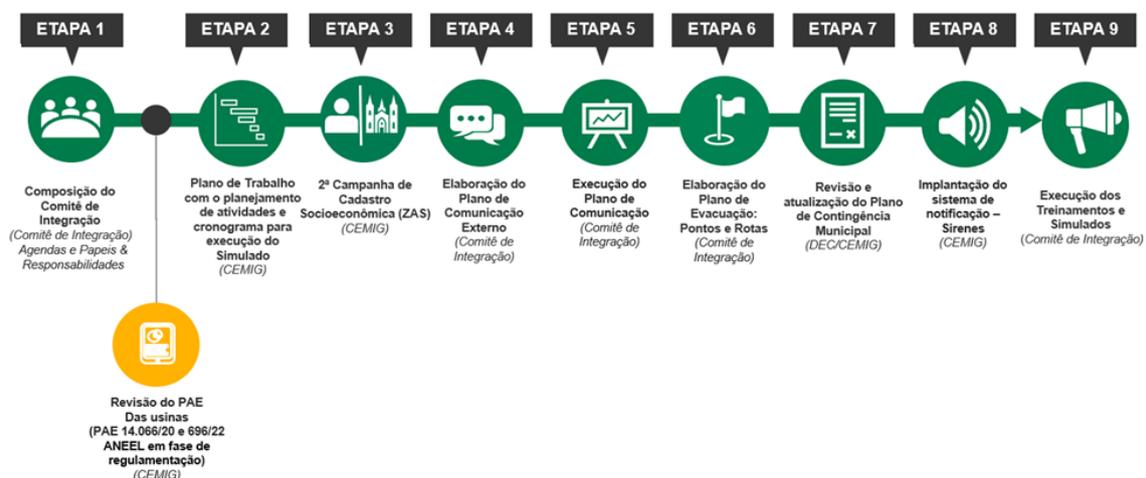
Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da Companhia, junto às Defesas Cíveis Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesas Cíveis Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONS, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Cíveis Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)

4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações do Pesquisa & Desenvolvimento (“P&D”) de desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das PCHs Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHes Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023 que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$ 39.588 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.979 mil para constituição de reserva legal;
- R\$18.805 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$ 12.866 mil para pagamento de dividendos adicionais;
- R\$5.938 mil para constituição de reserva especial.

Aprovação pagamento de dividendos 2021 - Reserva especial

Referente a Reserva especial constituída em 2021, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento integral de dividendos referentes a reserva especial constituída na AGO de 2022, no valor de R\$19.330 e consequentemente a sua extinção, no ano de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Leste é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também

os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.933	797
Títulos e valores mobiliários	4	28.524	16.006
Consumidores e revendedores	5	4.591	4.006
Ativo financeiro da concessão	6	17.411	15.938
Outros ativos		82	148
TOTAL DO CIRCULANTE		55.541	36.895
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	108	3.292
Outros ativos		719	636
Direito de uso		82	79
Ativo financeiro da concessão	6	115.604	109.250
Imobilizado	7	14.490	13.027
Intangível	8	159	164
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		131.162	126.448
ATIVO TOTAL		186.703	163.343

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	3.080	2.452
Encargos regulatórios	12	254	199
Impostos, taxas e contribuições	13a	668	610
Imposto de renda e contribuição social	13b	323	419
Dividendos a pagar	15	18.805	19.331
Transações com partes relacionadas	20	297	257
Passivo de arrendamento	9	11	10
TOTAL DO CIRCULANTE		23.438	23.278
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social	19	827	245
Encargos regulatórios	12	331	196
Impostos, taxas e contribuições	13a	841	468
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	14	12.034	10.713
Passivo de arrendamento	9	79	73
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.112	11.695
TOTAL DO PASSIVO		37.550	34.973
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	15		
Capital social		100.569	100.569
Reservas de lucros		48.584	27.801
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		149.154	128.370
PASSIVO TOTAL		186.703	163.343

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		2022	2021
RECEITA	16	57.041	57.827
CUSTOS OPERACIONAIS	17		
Custo com energia elétrica		(6.122)	(7.220)
Custos de operação		(9.349)	(7.216)
		(15.471)	(14.436)
LUCRO BRUTO		41.570	43.391
DESPESA OPERACIONAL	17		
Despesas gerais e administrativas		(1.226)	(1.008)
Outras despesas operacionais líquidas		(69)	(213)
		(1.295)	(1.221)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	8	-	154
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		40.275	42.324
Receitas financeiras	18	3.948	1.208
Despesas financeiras	18	(1.395)	(501)
		2.553	707
Resultado antes dos impostos		42.828	43.031
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.658)	(1.843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(582)	(492)
RESULTADO DO PERÍODO		39.588	40.696

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	39.588	40.696
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	39.588	40.696

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	100.569	6.436	10.061	-	117.066
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(10.061)	-	(10.061)
Resultado do exercício	-	-	-	40.696	40.696
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	2.035	-	(2.035)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(19.331)	(19.331)
Reserva especial	-	-	19.330	(19.330)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	100.569	8.471	19.330	-	128.370
Resultado do exercício	-	-	-	39.588	39.588
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Reserva legal	-	1.979	-	(1.979)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(18.805)	(18.805)
Dividendos adicionais	-	-	12.866	(12.866)	-
Reserva especial	-	-	5.938	(5.938)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	100.569	10.450	38.134	-	149.153

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	39.588	40.696
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	582	492
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 6)	(25.512)	(27.430)
Depreciação e amortização (Nota 7)	545	536
Juros passivo de arrendamento (Nota 9)	11	9
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	1.321	454
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	-	(154)
	16.535	14.603
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(585)	(252)
Tributos compensáveis	(101)	(244)
Ativo financeiro da concessão	17.685	16.050
Outros ativos	8	17
	17.007	15.571
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	628	(430)
Impostos, taxas e contribuições	431	609
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.950	1.635
Encargos regulatórios	190	(551)
Transações com partes relacionadas	40	-
	3.239	1.263
Caixa gerado pelas atividades operacionais	36.781	31.437
Imposto renda e contribuição social pagos	(2.046)	(1.676)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	34.735	29.761
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários	(9.334)	(7.816)
Fundos vinculados	76	(23)
Imobilizado	(1999)	(1.731)
Intangível	-	(13)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11.257)	(9.583)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(19.331)	(20.122)
Arrendamentos pagos	(11)	(111)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(19.342)	(20.233)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.136	(55)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	797	852
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.933	797
	4.136	(55)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.843/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, da Cemig GT para a Cemig Geração Leste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/2016 – MME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina e Ervália e nº 15/2016 – MME – PCHs Tronqueiras e Peti, ocorridos em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Companhia (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.068, de 12/07/2022. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Dona Rita	07/2050
Ervália	04/2047
Neblina	04/2047
Peti	01/2053
Sinceridade	03/2047
Tronqueiras	12/2046

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Unidade Geradora Nº 2, potência de 330KW (não auditado), da PCH Neblina, se encontra suspensa comercialmente devido indisponibilidade prolongada causada por inundações ocorridas em janeiro/2020 e houve necessidade de reforma contemplando a fabricação de rotor da turbina e painel completo de comando, controle e proteção. O retorno da UG está previsto para março/2023.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (contas a receber não faturado);
- Nota 6 – Ativos financeiros da concessão;

- Nota 7 – Imobilizado (depreciação);
- Nota 16 – Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro,

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	21	38
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	105	-
<i>Overnight</i>	4.807	759
TOTAL	4.933	797

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi de 99% em 2022 conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que

variou entre 13,62% a 13,64% a.a. em 2022 (variou entre 8,87% e 9,14% em 2021), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	3.132	938
Letras Financeiras - Bancos	18.654	13.218
Letras Financeiras do Tesouro	6.575	1.664
Debêntures	163	186
	28.524	16.006
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	-	3.247
Debêntures	108	45
	108	3.292
TOTAL	28.632	19.298

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), a uma taxa de 103% a 104,4% em 2022 (107,24% em 2021).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 103,3% a 110,26% do CDI em 2022 (105,00% e 130,00% em 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazos, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 2022 (entre (TR)+1% e 109% do CDI em 2021).

As práticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 21. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não faturado	Mais de 361 dias	2022	2021
Fornecimento industrial	1.112	-	1.112	957
Suprimento a outras concessionárias	3.466	1	3.467	3.015
Energia elétrica de curto prazo	12	-	12	34
Total	4.590	1	4.591	4.006

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada de créditos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras.

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativo. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016, a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti para a Companhia., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos. Para os exercícios de 2022 e 2021, a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	125.188	113.808
Recebimentos	(17.685)	(16.050)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	25.512	27.430
Saldo Final	133.015	125.188
Circulante	17.411	15.938
Não circulante	115.604	109.250

Prática contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Para as usinas da Companhia, que tiveram a concessão obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de dispositivo legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão.

Redução ao valor recuperável - Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		13.744	(1.385)	12.359	11.543	(849)	10.694
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,79	477	(48)	430	459	(30)	429
Reservatórios, barragens e adutoras	3,68	2.391	(143)	2.248	1.737	(75)	1.662
Máquinas e equipamentos	4,37	10.876	(1.194)	9.682	9.347	(744)	8.603
Em curso		2.131	-	2.131	2.333	-	2.333
Total	4,25	15.875	(1.385)	14.490	13.876	(849)	13.027

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (c)	Adições líquidas = (A) - (B)+(C)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	11.543	-	-	2.201	2.201	13.744	(1.385)	12.359
Obras civis, benfeitorias e edificações	459	-	-	18	18	477	(48)	430
Reservatórios, barragens e adutoras	1.737	-	-	654	654	2.391	(143)	2.248
Máquinas e equipamentos	9.347	-	-	1.529	1.529	10.876	(1.194)	9.682
Em curso	2.333	2.346	(347)	(2.201)	(202)	2.131	-	2.131
Total	13.876	2.346	(347)	-	1.999	15.875	(1.385)	14.490

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Em 2022, a taxa média de depreciação anual foi de 4,25% (4,20% em 2021).

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, deduzidos da

depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

8. INTANGÍVEL

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 3 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$154, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de Amortização (%)	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		167	(8)	159	154	(3)	151
Ativos da concessão - GSF	3,18%	154	(7)	147	154	(3)	151
Intangível Software	20%	13	(1)	12	-	-	-
Total		167	(8)	159	154	(3)	151

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Transferências	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	154	13	167	(8)	159
Ativos da concessão - GSF	154	-	154	(7)	147
Intangível Software	-	13	13	(1)	12
Total	154	13	167	(8)	159

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração

para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	1.477	19/07/2050
Ervália	8	03/07/2046	290	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	290	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	252	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	355	26/12/2046

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativo intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a. **Direito de uso**

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em

bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	92	166
Adição			
Remensuração	7	1	8
Amortização	(3)	(93)	(96)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	78	-	78
Remensuração	7	-	7
Amortização	(3)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82	-	82

b. Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	177
Adição	
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(111)
Juros sobre arrendamentos pagos	(6)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Juros incorridos	13
Arrendamentos pagos	(11)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2)
Remensuração	7
Saldo em 31 de dezembro de 2022	90
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	79

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 21.

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia

adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou

taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

10. FORNECEDORES

	2022	2021
Suprimento e transporte de energia elétrica	755	173
Materiais e serviços	2.325	2.279
TOTAL	3.080	2.452

11. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível, são constituídos: pelas ações ambientais, no montante de R\$26 (R\$23 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de supostas irregularidades em função de sua operação; pelas ações de responsabilidade civil, no montante de R\$284 (R\$242 em 2021), em decorrência de inundações provocadas pela abertura de comporta de usina hidrelétrica; e pelas ações trabalhistas, no montante de R\$10 (R\$0 em 2021), as quais versam sobre aviso prévio, décimo terceiro, férias e horas extras.

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
Passivo		
Pesquisa Expansão Sistema Energético	17	15
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	33	31
Pesquisa e desenvolvimento	525	340
CDE sobre P&D	10	9
	585	395
Circulante	254	199
Não circulante	331	196

13. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
--	------	------

Circulante		
ICMS	174	205
COFINS	124	119
PASEP	27	26
INSS	213	164
ISSQN	88	50
Outros	42	46
	668	610
Não circulante		
COFINS	691	385
PASEP	150	83
	841	468
TOTAL	1.509	1.078

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	143	239
Contribuição social	180	180
TOTAL	323	419

14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devida 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturadas a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$10.259 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária e aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de 12.034.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$100.569, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou, de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2022	2021
Reserva legal	10.450	8.471
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	12.866	-
Reserva especial	25.268	19.330
	48.584	27.801

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$ 1.979 de reserva legal em 2022, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, o lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo previsto no estatuto social, no montante de R\$5.938, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	39.588	40.696
	39.588	40.696
Reserva legal constituída	(1.979)	(2.035)
Reserva especial	(5.938)	(19.330)
	31.671	19.331
Dividendo obrigatório	18.805	19.331
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios	18.805	19.331
Dividendos adicionais propostos	12.866	-
Total dos dividendos	31.671	19.331

Destinação do Resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023 que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$ 39.588, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.979 para constituição de reserva legal;
- R\$ 18.805 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$ 12.867 para pagamento de dividendos adicionais;
- R\$ 5.938 para constituição de reserva especial.

Aprovação pagamento de dividendos 2021 - Reserva especial

Referente a Reserva especial constituída em 2021, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento integral de dividendos referentes a reserva especial constituída na AGO de 2022, no valor de R\$19.330 e consequentemente a sua extinção, no ano de 2023.

16. RECEITA

	2022	2021
Fornecimento industrial	14.438	13.221
Fornecimento não faturado industrial	1.112	957
Transações com energia na CCEE	339	2.621
Suprimento cotas - Geração própria	39.189	35.645
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	(504)	(723)
Realização ativo financeiro da bonificação pela outorga	(17.685)	(16.050)
Fornecimento bruto de energia elétrica	36.889	35.671
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	25.512	27.429
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.360)	(5.273)
	57.041	57.827

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas demonstrações financeiras.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2022	2021
Tributos sobre a receita		
ICMS	2.688	2.483
COFINS	1.792	1.651
PIS-PASEP	388	357
	4.868	4.491

Encargos do Consumidor

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	138	115
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	197	185
Pesquisa Exp. Sist. Energético-EPE/MME	98	92
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	320
CDE sobre P&D	59	70
	492	782
	5.360	5.273

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	443	2.532
Encargos de uso da rede básica de distribuição (a)	5.679	4.688
	6.122	7.220

Custos de operação

	2022	2021
Materiais	1.179	737
Serviços de terceiros	7.561	5.882
Depreciação	545	536
Outros custos operacionais	64	61
	9.349	7.216

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	1.226	1.008
Outras despesas operacionais	69	213
	1.295	1.221

(a) Encargos de uso da rede básica de distribuição

Referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	3.903	1.176
Acréscimos moratórios de contas de energia	-	1
Outras	45	31
	3.948	1.208
Despesas financeiras		
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	(1.321)	(454)
Juros passivo de arrendamento	(11)	(9)
Outras	(63)	(38)
	(1.395)	(501)
RESULTADO FINANCEIRO	2.553	707

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	53.822	53.822
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.306	6.459
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	2.967	2.967
Outras Receitas Financeiras	46	46
Base de Cálculo - Lucro Presumido	7.319	9.472
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.098	852
Adicional 10% valor superior a R\$240	708	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.806	852
Rendas não resgatadas	935	935
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	234	84
Receita por competência diferida	8.579	8.579
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	686	1.029
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	172	93
Amortização custos GSF	5	5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	1
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	1.806	852
Diferido	405	177

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita bruta	50.272	50.272
Percentual de presunção	8%	12%
	4.022	6.033
Receita financeira s/resgate efetivo aplicação	904	904
Outras receitas financeiras	32	32
Base de cálculo - Lucro Presumido	4.958	6.969
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	744	627
Adicional 10% valor superior a R\$240	472	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.216	627
Rendas não resgatadas	272	272
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos - Rendas não resgatadas	68	24
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	12.828	12.828
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	1.026	1.539
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	257	139
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	154	154
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	12	18
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	3	2
Resultado IR e CS	1.216	627
Corrente	1.216	627
Diferido	328	164

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Operações com energia elétrica (3)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	75	-	-	-	-
Cemig Distribuição	330	254	1.260	98	3.234	2.923	(2.275)	(2.207)
Convênio de compartilhamento (1)								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	297	257	-	-	(938)	(799)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	366	151	-	-	(1.524)	(1.404)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	19.331	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	4.808	760	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	28.524	16.007	-	-	1.298	368	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	108	3.292	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Geração Leste aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de

aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,58% em 31 de dezembro de 2022 (0,90% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	31	26
Participação nos resultados	8	5
Previdência privada	3	2
Planos de saúde e odontológico	-	-
Seguro de vida	-	-
Total (1)	42	33

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					

Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		4.591	4.591	4.006	4.006
Títulos e valores mobiliários		4.096	4.096	10.127	10.127
Fundos vinculados		10	10	86	86
Ativos financeiros da concessão		133.015	133.015	125.188	125.188
		141.712	141.712	139.407	139.407
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	4.912	4.912	759	759
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	3.132	3.132	938	938
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	14.828	14.828	6.569	6.569
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	6.575	6.575	1.664	1.664
		29.447	29.447	9.930	9.930
		171.159	171.159	149.337	149.337
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(3.080)	(3.080)	(2.452)	(2.452)
Passivo de arrendamento		(90)	(90)	(83)	(83)
		(3.170)	(3.170)	(2.535)	(2.535)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Título patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do

negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com passivos de arrendamentos e fornecedores está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	3.053	27	-	-	-	3.080
Passivo de arrendamento (*)	1	-	11	48	214	274
TOTAL	3.054	27	11	48	214	3.354

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva

Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Leste S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 07 de junho de 2023.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Leste S.A.
Belo Horizonte- MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Leste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Leste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de Abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7